

## ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2011 – NÚMERO 23:

Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 20 horas e 55 minutos.

### **MOVIMENTO DE FUNDOS**

Foi apresentado o resumo diário da tesouraria do dia 2 de Dezembro de 2011.

### **ACTAS**

Procedeu-se à apreciação e votação da acta nº 19, correspondendo à reunião de Câmara de 18 de Outubro de 2011. Com as alterações propostas pela Vereadora Regina Ferreira, pelo Presidente e pela Vereadora Sónia Sanfona, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção do Vereador João Pedro Arraiolos, que se absteve por não ter estado presente.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção da Vereadora Regina Ferreira. A Vereadora pediu para ser esclarecida em relação à distribuição dos pelouros, nomeadamente no que respeita ao novo Vereador João Pedro Arraiolos.

O Presidente da Câmara começou por reconhecer que se tinha esquecido de apresentar a nova distribuição dos pelouros, comprometendo-se a enviar às vereadoras a nova lista. Os pelouros do Vereador João Pedro Arraiolos são a Acção Social e Saúde, Desporto e Juventude, e Turismo, sendo que o Vereador tem também responsabilidades ao nível da informática e representação da Câmara na AgroAlpiarça.

A Vereadora Sónia Sanfona manifestou a sua preocupação relativamente a alguns furtos que têm ocorrido em veículos estacionados em frente ao Estádio Municipal durante os treinos dos diversos escalões da equipa de futebol dos Águias. Entende a Vereadora que seria importante que a Câmara apelasse junto das autoridades competentes a fim de que a zona passasse a ser mais vigiada nesses períodos.

O Presidente garantiu que ia falar com o comandante do Posto da GNR sobre o assunto.

Neste momento o Presidente deu conhecimento à Câmara do despacho com a nova distribuição dos pelouros e delegação de competências do Presidente da Câmara nos Vereadores, em virtude da alteração da composição dos elementos do Executivo em regime de permanência.

### **ORDEM DO DIA**

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- **Partido Ecologista “Os Verdes” – Grupo Parlamentar – Plano Estratégico de Transportes.**

Deu-se conhecimento.

- **Fundação José Relvas – Agradecimento.**

Deu-se conhecimento.

- **Associação de Ciclismo do Algarve – Agradecimento.**

Deu-se conhecimento.

**- Agrupamento de Escolas de José Relvas**

Deu-se conhecimento.

**- Município de Alpiarça – Gabinete Jurídico – Parecer/Informação Jurídica – Referência-Pedido de não exercício do direito de preferência – Sociedade de Exploração Argo-pecuária Vacaria da Torre.**

Deu-se conhecimento.

**- Município de Alpiarça – Edital Nº 43 – Hasta pública para alienação de sucata existente no antigo estaleiro da “Bagageira”, bem como no actual estaleiro da Câmara.**

O Presidente propôs instituir o Vereador Carlos Pereira como Presidente da Comissão de Análise, cuja composição inclui ainda os funcionários da autarquia Maria do Céu Augusto, Aida Pereira e Fábio Correia, estabelecendo-se a data limite para a entrega das propostas no dia 15 Dezembro, sendo que se procederia à abertura das propostas no dia 16 de Dezembro.

Deliberado por unanimidade aprovar o Edital com as definições propostas pelo Presidente nesta reunião.

**- Modificação ao Orçamento – Alteração Nº 18.**

Deu-se conhecimento.

**- Modificação às GOP's – Alteração Nº 15.**

Deu-se conhecimento.

**- Modificação ao Orçamento – Revisão Nº 1 – 2011.**

Aprovada por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira. Deliberado submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal.

**- Município de Alpiarça – Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes – Concurso Público Nº 3/2011/CE.**

Aprovado por unanimidade. Submeter à Assembleia Municipal.

**- Águas do Ribatejo – Proposta de Tarifário para 2012 e Estudo de Viabilidade Económico Financeiro**

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que ela própria e a força política que a apoiou nunca tiveram dúvidas em relação á mais-valia que constituía a participação de Alpiarça nesta empresa, assim como nunca tiveram dúvidas de que todos os procedimentos concursais para aquisição de bens ou serviços através de centrais de compras intermunicipais trazem também com certeza mais-valias quer ao nível da eficácia, quer ao nível dos custos. A Vereadora e a força política que representa sempre viram com bons olhos as estratégias de intermunicipalismo e outras agregações de municípios das quais resultem benefícios para as populações. Neste sentido, a Vereadora entende que o trabalho da empresa Águas do Ribatejo em Alpiarça tem sido extremamente compensador e resulta claramente numa melhoria de condições para aceder a este serviço básico. Foram feitos em Alpiarça investimentos que o Município sozinho não estaria em condições de os fazer. A água, sendo um bem essencial, deve estar à disposição de todos os cidadãos. Por outro lado, sendo um bem escasso, tem de ser gerida com rigor de uma forma equilibrada. Assim, a possibilidade de as Águas do Ribatejo apresentarem um tarifário como este, que apesar de seguir a tendência de subida de preços de todos os serviços consegue ainda assim apresentar valores bem inferiores em relação àqueles que são apresentados por empresas congéneres, revela a boa gestão desta empresa e a aposta ganha no projecto que esteve na base da criação

desta empresa. A Vereadora deixou ainda uma nota positiva no que diz respeito às políticas de boa utilização e medidas de poupança de água levadas a cabo por esta empresa. Em suma, a comparação custo-benefício e a relação qualidade-preço é, do ponto de vista do PS, bastante positiva.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de tarifário para 2012, o estudo de viabilidade financeira e o anexo à deliberação sobre o tarifário.

**- Município de Alpiarça – Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o Ano de 2012.**

O Presidente começou por justificar a não realização da reunião para tratar das propostas orçamentais da oposição, tal como tinha sido proposto pelas vereadoras na última reunião, com a manifesta falta de tempo dada a urgência e a exiguidade dos prazos para a entrega do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012. De qualquer forma, das propostas que a Vereadora Regina Ferreira entregou na última reunião, e que transitavam das propostas apresentadas pelo PS no ano transacto, algumas são muito genéricas, pelo que estão já diluídas na actividade normal da Câmara e no próprio orçamento que aqui se apresenta, outras já tinham sido realizadas, como seja a instalação de um local com acesso wireless à internet, e outras eram manifestamente impossíveis de concretizar. O Presidente afirmou que grande parte das propostas apresentadas representam também as preocupações do Executivo, garantindo assim o máximo empenho na prossecução dos objectivos comuns.

Em relação ao orçamento propriamente dito, o Presidente começou por dizer que este orçamento pretende ser o mais aproximado possível da realidade, isto é, da capacidade de a Câmara executar o que está previsto. Este orçamento diverge dos dois anteriores na medida em que a Autarquia deixou de estar tão condicionada pela dívida a fornecedores, cujos valores tiveram de ser incluídos no orçamento para 2010 e para 2011, e pôde assim aspirar a conseguir um equilíbrio entre a despesa corrente e a receita, situação que não era possível até aqui. Por outro lado, este orçamento está marcado pelos cortes nas transferências de verbas do Estado para a Autarquia e pela pressão exercida pelo poder central sobre as autarquias, ao ponto de poder levar à asfixia destas entidades. Em 2010 e 2011 houve uma redução de mais de 300 mil euros nas verbas transferidas para o Município, sendo que para 2012 já está previsto um novo corte das transferências de cerca de 160 mil euros, o que para um orçamento como o da Câmara de Alpiarça representa um corte bastante significativo que afectará com certeza a actividade da Autarquia. Para além disso, o plano de saneamento financeiro que está em curso obriga a uma contenção significativa na gestão das contas do Município ao nível da redução da despesa.

Ao nível das propostas essenciais para 2012 – e para além das questões que têm a ver com o âmbito social e cultural, isto é, com a continuação de um trabalho de colaboração e parceria junto das associações e colectividades, procurando formas de colaboração que se traduzam numa eficácia que possibilite a realização de actividades de qualidade com menos custos – para além disso, o Presidente explicou que a obra propriamente dita que o Executivo possa fazer está dependente da possibilidade da Autarquia aceder ou não aos fundos comunitários, pelo que grande parte da obra que se compromete fazer e se pode espelhar no orçamento passará pela utilização dos recursos da Autarquia, isto é, por administração directa. Ao nível dos projectos que apontam para o financiamento comunitário, está prevista a conclusão da segunda fase dos arranjos exteriores da Casa dos Patudos, no valor de 1 milhão e 200 mil euros, um

conjunto de intervenções no âmbito da requalificação ambiental e urbana e também das áreas urbanas fora da sede de Concelho, nomeadamente com a requalificação da zona desportiva do Casalinho, a requalificação da zona envolvente ao Jardim de Infância do Frade de Cima, com a conclusão de um conjunto de arruamentos do Frade de Cima e com a conclusão global da requalificação da zona frontal aos Paços do Concelho. Existe também previsão da requalificação do Parque do Carril, que em princípio deve executar-se por administração directa, a menos que se encontre alguma forma de candidatar a obra a fundos comunitários. De resto, fora destas obras mais físicas, está prevista também uma candidatura para a conclusão do Plano Municipal de Emergência e uma na área da eficiência energética para as Piscinas Municipais.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou não distinguir diferenças substanciais entre este orçamento e os orçamentos dos dois anos anteriores, e mesmo em relação aos últimos orçamentos do anterior Executivo, isto é, pelo menos desde 2008 até agora, não obstante a situação de crise generalizada em que o país vive e os compromissos decorrentes da execução do plano de saneamento financeiro. Embora haja algumas diferenças que têm que ver com opções políticas, no essencial, este orçamento não acrescenta nada àquilo que tinha vindo a ser a prática nesta Autarquia, pelo contrário, muitas das rubricas vão transitando de ano para ano sem alterações significativas. Do ponto de vista da Vereadora, algumas das acções previstas nas grandes opções do plano reflectem alguma falta de criatividade. Esta continuidade em relação ao passado deixa a Vereadora surpreendida, dado que esperava ver espelhadas no orçamento as diferenças políticas entre os dois Executivos.

Relativamente ao capítulo da Protecção Civil, e lendo que está prevista a implementação do Plano de Emergência Municipal para o qual estão cabimentados cerca de 125 mil euros, a Vereadora perguntou porque é que só ao 3º ano de exercício do Executivo se está a implementar este plano, sobretudo sabendo que a implementação deste plano decorre de uma obrigação legal. Ainda no que respeita à Protecção Civil, a Vereadora realçou a implementação e regulamentação de um sistema de segurança para o parque de estacionamento subterrâneo, lembrando que para além da introdução deste sistema de vigilância, há também necessidade de proceder à limpeza periódica do espaço, uma vez que a falta de limpeza do parque contribui de alguma forma, a par com as questões de segurança, para que as pessoas não queiram estacionar ali os seus veículos. De qualquer forma, a Vereadora enalteceu a implementação deste sistema de segurança, acrescentando que esta medida vem ao encontro das suas expectativas para tornar aquele espaço uma mais-valia para os munícipes. Ainda sobre a rubrica da protecção civil, a Vereadora perguntou se o equipamento rádio com banda VHF que a Câmara pretende adquirir é o sistema da Protecção Civil ou se é um sistema próprio da Autarquia, e lembrou que o Gabinete Florestal do qual a Autarquia faz parte juntamente com outras autarquias tem já um sistema de informação geográfico, pelo que a Vereadora perguntou se este sistema é o mesmo que nas GOP's vem referenciado para vir a dotar os bombeiros municipais ou se a Câmara pretende adquirir um sistema novo, opção que seria, na opinião da Vereadora, escusada. Relativamente à educação, a Vereadora referiu-se a um conjunto de actividades que são repetidamente consagradas nas várias GOP's, o que a Vereadora estranha dado que considera, relativamente a essas actividades concretas (serviço de transportes, componente de apoio à família, actividades extra-curriculares, apoio socioeconómico, etc.), que a Autarquia se limita a fazer a sua obrigação. Do que

a Vereadora constatou estas actividades são reiteradas de orçamento para orçamento sem qualquer alteração, para além de que a maioria destas acções decorre de imposições legais às quais a Autarquia não se pode eximir. Relativamente ao tratamento dos idosos, em sede deste orçamento prevêem-se iniciativas que a Vereadora saúda, nomeadamente a criação do Cartão do Idoso, a manutenção do projecto Oficina Solidária e a adesão ao projecto Cidades. Por sua vez, no que respeita ao parque habitacional da Autarquia, a Vereadora enalteceu a intenção de criar um regulamento específico de atribuição e utilização das habitações a custos controlados, medida que considera tanto mais importante e justa quanto nem sempre a atribuição destas habitações teve como base algumas justificações que encontrassem nas necessidades das pessoas uma correlação directa com a atribuição das casas. Por outro lado, a Vereadora quis deixar claro que, apesar de concordar com a construção de habitações a custos controlados, há que ter em consideração que Alpiarça é um Concelho com muitas habitações devolutas cuja recuperação constitui, quer ao nível da reabilitação urbana, quer ao nível da qualidade de vida que nessas casas se pode oferecer a jovens famílias ou famílias carenciadas, uma alternativa interessante às habitações sociais. Referiu-se também à verba de 30 mil euros para aquisição de contentores do lixo que se repete já há alguns anos, pelo que a Vereadora perguntou se ela foi sendo executada ou se transita de ano para ano precisamente porque não é executada.

Relativamente às iniciativas do âmbito da Cultura, mais concretamente no que respeita às actividades previstas para a Casa dos Patudos, a Vereadora deixou uma nota de profundo desagrado, sobretudo porque depois da intervenção e do investimento que se fez neste património, prever apenas duas iniciativas é manifestamente insuficiente para a dinamização de um património com as especificidades e a grandeza da Casa dos Patudos. A Vereadora afirmou não conseguir encontrar nenhuma justificação para uma programação tão pobre. Já em relação à Biblioteca Municipal, a Vereadora reconheceu que existe mais diversidade de oferta, apesar de praticamente todas as actividades previstas serem as mesmas desde 2008. De resto, não obstante considerar extremamente importante a actividade da Biblioteca Municipal, entende que, do ponto de vista estratégico, comparar este programa de actividades da Biblioteca e a escassez de actividades do Museu é, no mínimo, embaraçoso.

A Vereadora compreende que este seja um orçamento de rigor e contenção, mas nada obriga a que haja contenção do ponto de vista da reformulação das ideias ou da criatividade nas propostas. Fazendo das palavras do Presidente as suas, a Vereadora afirmou que é possível fazer coisas boas, quem sabe até melhor, com menos dinheiro, mas é preciso ser-se criativos.

Relativamente ao desporto, a Vereadora começou por perguntar em que é que consiste a iniciativa que surge como Gala do Desporto. De resto, as iniciativas propostas são rigorosamente as mesmas, com excepção das Férias Desportivas. A Vereadora questionou o Presidente acerca do item da cooperação com a comunidade desportiva, no qual se prevê a constituição de um regulamento de apoio ao associativismo desportivo. A Vereadora pretendia perceber se existe já um projecto para esse regulamento e que normas se pretendem introduzir.

A Vereadora não quis também deixar de afirmar que a preocupação do Executivo com a eficiência energética é extremamente louvável.

Relativamente ao Festival do Melão, a Vereadora afirmou que, do seu ponto de vista, esta iniciativa tem sido importante como forma de divulgação do melão e do próprio Concelho, mas já não consegue compreender de que forma é que tem sido um importante motor de desenvolvimento da economia local, tal como vem referido no documento. A Vereadora entende que para se poder fazer tal afirmação deve primeiro ser feita uma análise económica relativamente ao montante das vendas, ao fluxo de visitantes e ao gasto efectivo que fazem neste Festival, e perceber de que modo é que o próprio Festival tem impacto nos restaurantes ou noutros estabelecimentos do Concelho. De outra forma, trata-se de uma afirmação gratuita.

Com provas dadas relativamente ao desenvolvimento da economia local está prevista a realização da Alpiagra e da Feira do Livro, facto que a Vereadora enaltece, lamentando contudo que não se realizem outros certames com iguais provas dadas, como era o caso da Feira do Vinho ou da Feira da Agricultura Biológica.

Entende a Vereadora que há um conjunto de projectos que teriam impacto directo na economia local e que por isso mesmo não se deve deixar de apostar neles, conquanto compreenda que o orçamento deva ser equilibrado. Se a Autarquia tiver umas finanças saudáveis, mas por outro lado houver uma recessão contínua na economia local a Câmara não está a contribuir de modo nenhum para a melhoria das condições de vida das pessoas. Entende a Vereadora portanto que era estruturante nesta altura pensar-se em alguns projectos que pudessem ter esse retorno do ponto de vista financeiro, como seria o caso da dinamização do Parque de Campismo e da oferta turística circundante, infra-estrutura que não está a ser explorada e cuja dinamização continua omissa das Grandes Opções do Plano. A Vereadora sabe que a Câmara encomendou a uma empresa um estudo de viabilidade económica, de que não conhece os resultados, pelo que perguntou se são conhecidos os resultados desse estudo e se há ou não vontade de criar uma resposta de dinamização do Parque de Campismo por parte deste Executivo. Para além do Parque de Campismo, a Vereadora referiu-se ainda à omissão das GOP's de projectos para um conjunto de infra-estruturas que não estão a ser convenientemente dinamizadas, nomeadamente o Mercado Municipal, infra-estrutura que podia ser repensada sem que fosse objecto de uma intervenção de fundo, o bar das Piscinas Municipais, que está fechado praticamente desde que as piscinas abriram e que seria interessante pôr a funcionar, mesmo sem retorno financeiro para a Autarquia, até porque essa seria uma medida para diminuir os custos com a manutenção do espaço. Ao terceiro ano de exercício deste Executivo, entende a Vereadora que teria sido altura para se ponderar o que é que se pode fazer com essas infra-estruturas, sem gastar muito dinheiro, no sentido de as reaproveitar e dinamizar os espaços em benefício da população.

Relativamente à questão da reformulação do projecto para os arranjos exteriores do Museu, a Vereadora perguntou se nestas alterações está incluída a colocação de um espaço para venda de artigos relacionados com o museu e perguntou se existe alguma definição para a utilização do espaço polivalente que veio substituir no anterior projecto o salão de chá.

A Vereadora referiu-se ainda, e para terminar, às actividades previstas para o Museu, voltando a afirmar que não encontra justificação para que não esteja prevista, por exemplo, nenhuma exposição no espaço das exposições temporárias do museu, ou que não esteja prevista nenhuma exposição temática ou reunindo uma pequena colecção do acervo do Museu noutros locais para divulgação do Museu. Não encontra também

justificação para que o projecto educativo da Casa dos Patudos não seja aprofundado, afirmando que o modelo actual é muito limitado e não faz jus às potencialidades daquele património. Sugeriu que, por exemplo, se criassem *ateliers* que possibilitassem às crianças desenvolver capacidades artísticas.

Interveio em seguida a Vereadora Regina Ferreira. A Vereadora começou por dizer que depois da intervenção da Vereadora Sónia Sanfona pouco lhe ficava para acrescentar, uma vez que concorda com tudo o que a sua colega disse. Acrescentou ainda que estranhou que algumas das preocupações suas e do próprio Executivo, dado que têm vindo a ser discutidas nas reuniões de Câmara, não venham espelhadas nas GOP's. A Vereadora deu como exemplo o caso do canil municipal, do edifício da Escola das Faias ou do edifício contíguo ao espaço exterior aos Paços do Município. No que respeita ao orçamento, a Vereadora pediu esclarecimento relativamente a algumas verbas. A Vereadora realçou também que nas GOP's vem descrita com algum relevo a importância dada à formação dos funcionários, mas no orçamento a verba destinada a esta rubrica é de apenas setecentos e cinquenta euros. De resto, as preocupações fundamentais já foram referidas pela Vereadora Sónia Sanfona, pelo que a Vereadora se ficou por aqui.

O Presidente passou a responder às questões dizendo, em primeiro lugar, que estes documentos são meramente previsionais, pelo que a actividade da Autarquia não fica restringida ao que neles vem descrito nem o facto de algumas ideias não virem contempladas nas GOP's significa que tenham sido abandonadas pelo Executivo. Relativamente à actividade da Casa dos Patudos, o Presidente explicou que existem uma série de actividades elencadas que não foram discriminadas nas GOP's, mas que estão diluídas no conjunto de objectivos traçados. O Presidente assegurou que haverá este ano muito mais realizações na Casa dos Patudos do que aquilo que era prática até agora, aproveitando o investimento que se fez e o acréscimo de visibilidade da Casa dos Patudos daí derivado. A título de exemplo, o Presidente informou que no mês de reabertura do Museu decorreu um conjunto de actividades que tiveram a participação de crianças e de professores, tanto locais como estrangeiros, e lembrou que a questão do serviço educativo da Casa dos Patudos vem sendo discutida há pelo menos doze anos e que nunca até agora ele foi efectivado. O Presidente afirmou que a implementação de um serviço educativo de qualidade é uma das principais ambições deste Executivo, assim como o tratamento do arquivo e o fomento da investigação por parte do meio académico do espólio dos Patudos. Já quanto aos serões de música dos Patudos, o Presidente explicou que a Autarquia não tem capacidade financeira para dar continuidade a essa iniciativa, dado o elevado grau de exigência que a realização de um evento deste tipo acarreta, sobretudo ao nível financeiro. Não obstante estão previstas também actividades musicais, a primeira delas já na próxima semana, aquando da visita do Secretário de Estado da Cultura.

Quanto às alterações do projecto da segunda fase da obra da Casa dos Patudos, o Presidente explicou que o projecto foi reformulado por sugestão da própria Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, que tinha algumas objecções relativamente à entrada do espaço. Quanto ao salão de chá, o Presidente explicou que há serviços que estavam previstos para esse espaço que se manterão, como por exemplo as casas de banho ou o serviço de cafetaria. De resto, o edifício a restaurar será destinado a eventos pontuais ou exposições temporárias paralelas à colecção, para além da questão que está em cima da mesa da decisão da localização do museu

municipal. Relativamente à loja, ela já está a funcionar neste momento à saída da Casa dos Patudos, no final do percurso museológico. Quanto à oferta da loja, parte dos produtos são os que já existiam, sendo que a Câmara irá mandar fazer novos materiais de promoção.

Quanto à acusação da Vereadora Sónia Sanfona de que o orçamento tem muitas actividades que transitam de anos transactos, o Presidente lembrou que a maioria das actividades são concebidas e propostas pelos serviços e que o quadro de pessoal da autarquia se mantém essencialmente o mesmo, pelo que naturalmente muitas das actividades se mantêm, não obstante a responsabilidade que o Executivo tem na avaliação e decisão final sobre cada uma das actividades. De resto, o Presidente afirmou que muitas das limitações das GOP's derivam da estrutura orgânica do município que carece de uma estrutura de quadros intermédios que consiga coordenar todo o trabalho nas diversas áreas. Este é um problema que existe agora como existia antes e não é fácil de alterar. O Presidente aceita as críticas que lhe são dirigidas mas, sem ilibar a culpa que este Executivo terá por não ter alterado o estado de coisas, reporta-as todas aos anteriores Executivos. De resto, algumas das actividades propostas têm que ver com o trabalho regular da Autarquia que se faz portanto numa lógica de continuidade.

Quanto à Feira da Agricultura Biológica, ela decorria em simultâneo com a Feira do Vinho, que entretanto deixou de se realizar por manifesta incapacidade financeira da Autarquia. No entanto, o Executivo procurou dar continuidade a esse certame diluindo a presença dos expositores desse ramo na Alpiagra.

Em relação ao restaurante das Piscinas, é verdade que ele está fechado, mas também é verdade que ele está fechado praticamente desde que as piscinas abriram ao público. Esse é um assunto que preocupa o Executivo, que já teve inclusivamente várias reuniões prévias com eventuais interessados na dinamização do restaurante das piscinas. No que estiver ao alcance da Autarquia tudo se fará para que aquele espaço possa funcionar, muito embora haja que reconhecer que o contexto económico em que vivemos não é o mais propício.

No que diz respeito à Gala do Desporto, o Presidente explicou que se trata de uma iniciativa que também já vinha sendo prevista há alguns anos mas que ainda não se tinha conseguido concretizar. O Presidente julga que este ano se reunirão finalmente condições para que se realize. Trata-se de uma iniciativa que terá por finalidade reunir a comunidade desportiva e associativa do Concelho, procurando fazer salientar a actividade e os resultados desportivos em cada modalidade, valorizando os atletas, os técnicos e os dirigentes envolvidos.

Relativamente ao Regulamento de Atribuição e Utilização dos Equipamentos de Habitação Social, o Presidente explicou que tomou consciência da necessidade de aprovar um documento deste tipo quando ficou vaga uma dessas casas que são propriedade da Autarquia e surgiram vários candidatos a ocupá-la, cada qual com a sua razão e com a sua necessidade. Nessa altura o Presidente pediu para consultar o regulamento e ficou surpreendido ao perceber que não existia. Foi então que o Presidente pediu aos serviços para redigirem um regulamento de atribuição das casas a custos controlados, documento que assim que estiver pronto virá à Reunião de Câmara.

Quanto ao Festival do Melão, o Presidente afirmou que está convencido que tem sido um importante veículo de divulgação do melão de Alpiarça e do Concelho, que excede



em muito em termos de resultados o investimento financeiro associado. É claro que se o orçamento disponibilizado para a realização desse certame fosse mais avultado, o retorno também seria de outra dimensão, mas o Presidente defendeu que a aposta vai no sentido de fazer o Festival de acordo com as possibilidades actuais da Autarquia. No que respeita ao impacto que a realização do festival possa ter na economia local, o Presidente considera que não pode haver dúvidas de que esse impacto seja uma realidade, embora não possa quantificá-lo. Em todo o caso, toda a gente tem consciência do impacto na economia local da Alpiagra, mesmo que nunca se tenha feito um estudo para o comprovar.

Em relação ao Parque de Campismo e aos estudos de definição de conceito e de viabilidade económica e financeira, o Presidente confirmou que o primeiro dos estudos está concluído e que falta agora complementar esse estudo com o estudo de viabilidade, findo o qual o assunto será discutido em Reunião de Câmara. No entanto, o Presidente adiantou que o estudo de definição de projecto aponta para a criação de um parque temático na zona do Alto Castelo. Esse parque temático procuraria ser, juntamente com a Casa dos Patudos, o elemento integrador e dinamizador de todo o espaço objecto de estudo, isto é, a zona da Barragem, o Parque de Campismo, a Reserva do Cavalinho Sorraia, as Estações Arqueológicas e as potencialidades ambientais do Paul da Goux.

Em relação ao Mercado Municipal, passa-se o mesmo que em relação a tantos outros projectos, que já são discutidos há largos anos sem que nunca se fizesse nada para os concretizar. Dizer que o Executivo da CDU já vai para o terceiro ano de mandato e não fez nada é o mesmo que dizer que o PS esteve doze anos à frente da Autarquia e também nunca fez nada.

A Vereadora Regina Ferreira interrompeu o Presidente para dizer que não é verdade dizer que durante doze anos o PS não fez nada na Casa dos Patudos nem no Mercado. Pelo contrário, a Vereadora assistiu a várias iniciativas na Casa dos Patudos, como a exposição “Relvas em Família” ou a exposição no *El Corte Inglés* e na Assembleia da República, e lembra-se que o PS fez várias obras de restauro no Mercado. Para além dessa precisão, a Vereadora entende que o facto de anteriormente nada ter sido feito não demite este Executivo da obrigação de resolver os problemas do Município.

O Presidente afirmou que não se está a demitir das suas responsabilidades, mas que considera injusto estar-se a exigir em dois anos de mandato o que não se conseguiu fazer em doze. Acrescentou que também este Executivo já fez algumas obras de conservação do Mercado.

A Vereadora Sónia Sanfona lembrou que começou por dizer que compreendia perfeitamente que, atendendo à situação financeira da Autarquia e ao contexto socioeconómico, não fosse possível responder a todas as necessidades, tendo-se limitado a fazer uma sugestão e a chamar a atenção para o problema. Para além disso, a Vereadora não falou em obras mas na dinamização do espaço.

Retomando o assunto, o Presidente explicou que no orçamento está vinculada à rubrica do mercado apenas uma verba residual porque a Autarquia está dependente de eventuais financiamentos para ficar em condições de realizar as obras de requalificação, tal como é pretensão do Executivo. Para o efeito o Presidente pretende pedir um projecto de arquitectura que potencie a criação de outras valências naquele espaço, mantendo a vertente comercial.

A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu que se podia dinamizar o espaço do mercado permitindo a instalação gratuita de comerciantes desde que cumprissem certos requisitos a definir pela Autarquia, permitindo assim uma dinamização do espaço sem que a Autarquia tivesse de fazer um investimento financeiro.

O Vereador Carlos Pereira interveio dizendo que as ideias da Vereadora são válidas e nada impede que se discutam e se implementem caso se decida que é a melhor opção, mas lembrou que as rendas do Mercado Municipal são já praticamente residuais.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que eventualmente haverá pessoas com disponibilidade para ocuparem os espaços do mercado mediante contrapartidas que assegurariam à Autarquia a conservação e dinamização dos espaços que ocupassem. O mesmo acontecendo com o restaurante das piscinas, que poderia ser arrendado a custo zero, sem lucro para a Autarquia, mas também sem custos e com a vantagem de o espaço estar a funcionar e a servir a população.

O Presidente lembrou que a manutenção dos espaços, no que ao mercado municipal diz respeito, já é assegurada pelos arrendatários. De resto, a possibilidade de a Câmara ceder espaços comerciais a privados gratuitamente significa que a Câmara interviria no mercado desequilibrando a própria lógica de concorrência entre os comerciantes. Além de que abrindo o precedente teria de se equacionar toda a tabela de taxas e licenças do município para evitar iniquidades. O Presidente entende que o problema do Mercado Municipal só se resolverá com uma intervenção global e é nesse sentido que o Executivo está a apontar os seus esforços através da submissão de alguma candidatura a fundos comunitários, embora não ponha de parte as hipóteses levantadas pelas Vereadoras ou outras que surjam.

Em relação à recuperação de casas desabitadas para suprir necessidades habitacionais, o Presidente afirmou concordar inteiramente com a ideia, assim a Câmara tivesse capacidade para tal.

Quanto à verba destinada à compra de contentores, o Presidente explicou que se destina à substituição de contentores que se partam. E quanto à questão do Cartão do Idoso, o Presidente esclareceu que se tratou de uma proposta do PSD.

Em relação à aquisição de equipamento rádio e à questão da Vereadora Sónia Sanfona sobre se esse equipamento é o da rede nacional da Protecção Civil, o Presidente não estava em condições de responder, pelo que se iria inteirar junto dos serviços e logo daria uma resposta à Vereadora.

Respondendo às questões da Vereadora Regina Ferreira, o Presidente esclareceu que não há para já nenhuma proposta concreta para o canil municipal, nem se prevê nenhuma intervenção no edifício da Escola das Faias. Quanto a esse edifício, a Câmara está a negociar com algumas colectividades a cedência de espaços. Já relativamente ao edifício paralelo à Câmara, o Presidente adiantou que o projecto de requalificação da zona fronteira aos Paços do Município que está em cima da mesa prevê a demolição dessa infra-estrutura.

O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu às restantes questões, esclarecendo que o regulamento de apoio ao associativismo desportivo já lhe foi entregue pelos serviços e deverá vir a Reunião de Câmara em breve, e que a Feira das Actividades Desportivas consistirá essencialmente na amostragem de actividades desportivas promovida por uma empresa de promoção de eventos e actividades.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar o Orçamento, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Mapa de

Pessoal para o ano de 2012. Submeter os documentos à apreciação da Assembleia Municipal.

#### **DIVISÃO DE OBRAS DE PLANEAMENTO E URBANISMO**

- **Município de Alpiarça** – **Secção de Licenciamento de Obras Particulares e Loteamentos – INF. INT. de 02-11-2011 – Regulamento da Zona Industrial.**

Deliberado por unanimidade aprovar o regulamento da Zona Industrial. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

- **Município de Alpiarça** – **Serviço Técnico de Obras – Informação Nº 273/2011 de 17 de Novembro – Operação de Destaque Nº 05/2011 – Autorização de Destaque.**

Deliberado por unanimidade aprovar a autorização da operação de destaque, conforme informação técnica.

- **Município de Alpiarça** – **Gabinete Técnico – Comissão de Avaliação do Património – INF. INT. Nº 148 – Processos Avaliados.**

Aprovado por unanimidade, de acordo com a justificação técnica. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

- **Município de Alpiarça** – **Decisões referentes a processos de Contra-ordenação.**

Tomou-se conhecimento.

#### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

- **Município de Alpiarça** – **Adenda aos contratos programa e de gestão 2011 – LT-Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – Minuta.**

Deliberado por unanimidade aprovar esta minuta.

#### **TAVAS E LICENÇAS**

- **Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho** – **Requerimento de Licença Especial de Ruído para Festa de Passagem de Ano na Sede da Colectividade, entre as 20h00 do dia 31 de Dezembro de 2011 e as 04h00 do dia 1 de Janeiro de 2012.**

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão de licença especial de ruído nas condições requeridas.

#### **ADENDA À ORDEM DO DIA**

##### **VÁRIOS**

- **Município de Alpiarça** – **Adicional nº 1 ao Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Alpiarça para a Junta de Freguesia.**

O Presidente explicou que este adicional surge enquadrado no próprio protocolo ao abrigo do art.º 3º do mesmo, que preconiza a possibilidade de se efectuarem alterações ao protocolo inicial. Assim, este adicional vem introduzir um conjunto de outras competências a transferir para a Junta de Freguesia na área da gestão, conservação e reparação de equipamentos dos espaços de jogo e recreio do Concelho. Esta transferência de competências terá como compensação por parte da Câmara a transferência de uma verba no valor de dez mil euros para a Junta de Freguesia.

A Vereadora Regina Ferreira interveio para referir que algumas das alterações aqui propostas vão ao encontro das críticas que ela inicialmente tinha feito ao protocolo, quer relativamente à confusão que poderia gerar-se por causa da partilha de recursos pelas duas autarquias, quer relativamente à transferência de verbas compensatórias.

O Presidente precisou que a transferência adicional não é na área dos jardins mas dos parques de recreio.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar o Adicional nº 1 ao protocolo de delegação de competências da

Câmara Municipal de Alpiarça para a Junta de Freguesia. Submeter à próxima Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, era uma hora e cinquenta minutos do dia 6 de Dezembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.